



Curso: Presencial

**As mudanças trazidas na
NOVA LEI DE LICITAÇÕES
(LEI 14.133/2021)**

04,05 e 06 novembro

08:00h às 12:00h / 14:00h às 18:00h





PÚBLICO-ALVO

- **Pregoeiros e membros da equipe de apoio.**
- **Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.**
- **Dirigentes de pequenas, médias e grandes empresas com interesse em licitações públicas.**

Este curso é voltado tanto para quem trabalha ou deseja trabalhar em órgãos públicos ou entidades da administração pública, como para empresários com interesse em contratar com a administração pública.

CARGA HORÁRIA - 24H

MODALIDADE - PRESENCIAL

Serão 3 dias de encontro, realizado de 04 a 06 de novembro de 2021, no período da manhã, das 08h às 12h e a tarde entre 14h às 18hs, totalizando 24 horas.

Informamos que vamos tomar todas as medidas preventivas referente ao COVID-19, para assegurar a proteção dos nossos alunos e professores.

LOCAL DO EVENTO

INSTITUTO PHARUS

Rua das sucupiras, nº 30, Jardim Renascença - São Luís - MA

(98) 3181-8677

institutopharus@gmail.com

PROGRAMAÇÃO GERAL

ASPECTOS GERAIS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

1. Princípios;
2. Importância do planejamento das contratações;
3. Serviços comuns e especiais;
4. Agente de contratação;
5. Fases da licitação;
6. Orçamento Sigiloso.

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

1. Visão Geral;
2. Análise das modalidades;
3. Pregão Eletrônico x Concorrência Eletrônica;
4. Critérios de julgamento;
5. Recurso;
6. Procedimentos Auxiliares.

CONTRATAÇÃO DIRETA

1. Hipóteses mais notáveis de contratação direta;
2. Procedimento geral;
3. Dispensa eletrônica.

PREGÃO ELETRÔNICO

1. Plataformas
2. Procedimento geral;
3. Etapa de lances;
4. Julgamento e habilitação;
5. Recursos.
6. Demonstração prática das plataformas mais utilizadas.

ÂMBITO DE ABRANGÊNCIA DA LEI Nº 14.133/21

1. Abrangência aos órgãos e entidades;
2. Exceção das Empresas Estatais;
3. Objetos contratuais abrangidos e não abrangidos.

PRINCÍPIOS

1. Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade; Eficiência; Interesse Público; Probidade Administrativa; Igualdade; Planejamento; Transparência; Eficácia; Segregação de Funções; Motivação; Vinculação ao Edital; Julgamento Objetivo; Segurança Jurídica; Razoabilidade; Competitividade; Proporcionalidade; Celeridade; Economicidade e Desenvolvimento Nacional Sustentável.

DEFINIÇÕES E PRINCIPAIS CONCEITOS

1. Bens e serviços comuns x Bens e serviços especiais; Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual; Estudo Técnico Preliminar- ETP; Termo de Referência - TR; Projeto Básico - PB; Matriz de Riscos; Credenciamento; Sobre preço x Superfaturamento; Agente Público; Agente de Contratação; Pregoeiro, Leiloeiro, Comissão de Contratação. Outros conceitos relevantes.

AGENTES PÚBLICOS E GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

1. Gestão por Competências: definição e aplicação; Agentes Públicos: Requisitos Mínimos; obrigatória observância da Segregação de Funções na designação. Agente de Contratação: Atribuições; Responsabilidades; Substituição por Comissão de Contratação; Pregoeiro: o Agente de Contratação no Pregão. Vedações aos agentes designados para atuar na área de licitações e contratos; Representação Judicial e Extrajudicial do Agente Público.



NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO LICITATÓRIO

- 1. Objetivos:** selecionar a proposta mais vantajosa; Tratar os licitantes de forma isonômica; Evitar sobre preço, preço manifestamente inexequível e superfaturamento; Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;
- 2. Governança das Contratações;**
- 3. Características Básicas do Processo Licitatório;**
- 4. Plano de Contratações Anual;**
- 5. Vedações à participação na licitação e na execução contratual;**
- 6. Licitação em Consórcio;**
- 7. Participação de Cooperativas**



FASE PREPARATÓRIA

- 1. Compatibilização com o PAC e com as leis orçamentárias;**
- 2. Estudos Técnicos Preliminares - ETP: Elementos obrigatórios e facultativos;**
- 3. Audiência Pública: participação do mercado na fase preparatória;**
- 4. Matriz de Alocação de Riscos e Equilíbrio Econômico-Financeiro;**
- 5. Valor Estimado da Contratação: - Parâmetros; - Cabimento nas Contratações Diretas (dispensa e inexigibilidade);**
- 6. Orçamento Sigiloso.**

COMPRAS PÚBLICAS

- 1. Diretrizes;**
- 2. Termo de Referência - TR e Projeto Básico - PB: elementos Gerais e Específicos;**
- 3. Aplicação do Princípio do Parcelamento;**
- 4. Meios de Prova da Qualidade de Produto;**
- 5. Processo de Padronização;**
- 6. Compra x Locação de bens: verificação de vantajosidade em ETP.**

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Modalidades: - Pregão; - Concorrência; - Concurso; - Leilão; - Diálogo Competitivo.

- 1. Concorrência x Pregão: quando utilizar um ou outro?**
- 2. Diálogo Competitivo: - Conceito; - Hipótese de cabimento; - Procedimento; - Comissão de contratação.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 1. Menor Preço;**
- 2. Maior Desconto;**
- 3. Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico;**
- 4. Técnica e Preço;**
- 5. Maior Lance (Leilão);**
- 6. Maior Retorno Econômico;**

EDITAL

- 1. Análise jurídica da contratação: Hipóteses de cabimento (certames, contratações diretas, adesões a ARP, convênios, acordos etc.); Hipóteses de dispensa;**
- 2. Parecer Jurídico: Diretrizes para elaboração: critérios objetivos; linguagem simples e conclusão apartada da fundamentação; Possibilidade de rejeição pela autoridade máxima do órgão ou entidade;**
- 3. Publicidade do Edital: Sítio Eletrônico Oficial; Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).**

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES

- 1. Prazos Mínimos: Aquisição de bens; Serviços e Obras;**
- 2. Critério de Julgamento Maior Lance; Critério de Julgamento Técnica e Preço ou Melhor Técnica.**

3. **Modo de Disputa: Aberto; Fechado; Aberto e Fechado.**
4. **Lances Intermediários;**
5. **Intervalo Mínimo;**
6. **Garantia de proposta: requisito de pré-habilitação.**



JULGAMENTO

1. **Hipóteses de desclassificação das propostas;**
2. **Diligência para avaliação de exequibilidade;**
3. **Desempate: Critérios; Preferência;**
4. **Negociação com o primeiro colocado (ou com os demais licitantes).**

HABILITAÇÃO

1. **Classificação: Jurídica; Técnica; Fiscal, Social e Trabalhista; Econômico-Financeira;**
2. **Diretrizes;**
3. **Avaliação Prévia do Local de Execução (Vistoria Prévia);**
4. **Substituição e Reapresentação de Documentos: é cabível?**

ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

1. **Saneamento de irregularidades;**
2. **Revogação da licitação por oportunidade e conveniência;**
3. **Anulação da licitação por ilegalidade insanável;**
4. **Nulidade: dever de indenizar e responsabilização.**

EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. **A LGL e a definição ampla de contrato administrativo**
 - 1.1 **Classificação dos contratos administrativos**
 2. **Regime jurídico dos contratos administrativos**
 3. **Mapa mental do regime jurídico dos contratos administrativos**
 4. **Visão doutrinária no tempo**
 5. **Características do contrato administrativo**
 - 5.1 **Formalismo**
 - 5.2 **Publicidade**
 - 5.3 **Natureza de contrato de adesão**
 - 5.4 **Mutabilidade**
 - 5.5 **Cláusulas de privilégio (exorbitantes)**
6. **Requisitos do contrato administrativo**
7. **Elementos básicos do contrato administrativo**
8. **Duração dos contratos na nova lei de licitações e contratos**
9. **Garantia contratual na nova lei de licitações e contratos.**

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA PRÁTICA

10. **Porque gerir e fiscalizar contratos.**
 - 10.1 **Fundamentação lei 14.133/2021 - nova lei de licitações e contratos.**
 - 10.2 **O papel da assessoria jurídica e dos órgãos de controle no auxílio à fiscalização na nova lei de licitações e contratos.**
11. **Da designação**
 - 11.1 **Quem pode ser gestor ou fiscal de contratos**
 - 11.2 **Posso recusar a designação?**
 - 11.3 **Preposto e terceiro - Quem são e o que fazem?**
 - 11.4 **O TCU e o dever de capacitação**
 - 11.5 **Kit do gestor e do fiscal**
12. **Gestão e fiscalização - Sistemática da IN nº 05/2017**



- 12.1 Da Gestão**
- 12.2 Da Fiscalização Técnica**
- 12.3 Da Fiscalização Administrativa**
- 12.4 Da Fiscalização Setorial**
- 12.5 Da Fiscalização Pelo Público Usuário**
- 12.6. Gestão do contrato – Boas Práticas**
- 13. Segregação de funções**
- 13.1 Segregação de funções – TCU e CGU**
- 13.2 Segregação de funções – E o dever de fiscalizar**
- 14. Terceirização**
- 14.1. Terceirização – IN 05/2017**
- 14.2. Terceirização – Serviços continuados e não continuados**
- 15. Acompanhamento da execução – Função gerencial**
- 15.1 Recebimento do objeto**
- 15.2 Recebimento do objeto – Nova lei de licitações e contratos**
- 15.2.1. Do pagamento – Na nova lei de licitações e contratos**
- 15.3. Acompanhamento da execução – Fiscalização técnica**
- 15.3.1 Cuidado com o paradoxo lucro-incompetência**
- 15.3.2 Acompanhamento da execução – IMR**
- 15.3.3 A administração deve sempre vincular os pagamentos aos resultados da prestação dos serviços?**
- 15.4. Acompanhamento da execução – Mecanismos de controle interno**
- 15.4.1 Da conta vinculada**
- 15.4.2. Do pagamento pelo fato gerador**
- 15.5 Nova lei de licitações – Mecanismos de controle**
- 15.6 Gerenciamento dos riscos**
- 15.6.1. Mapa de riscos x Matriz de riscos**
- 15.6.2. Mapa de riscos**
- 15.6.3. Matriz de riscos**
- 16. Alterações contratuais na nova lei de licitações e contratos**
- 17. Responsabilidades de gestores e fiscais na visão do TCU**
- 18. Descumprimento contratual - Processo administrativo sancionador - Sistemática atual e da nova lei de licitações e contratos**
- 19. Extinção contratual**

MINICURRÍCULO



Prof.º André Maia

Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Maranhão (Atual); Pregoeiro Oficial e Membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís (2013-18); Palestrante e Consultor na Área de Licitação e Contratos; MBA em Gestão Empresarial pela FGV mestrando em Contabilidade e Administração - FUCAPE.



Prof.ª Lindineide Cardoso

Servidora de carreira do Judiciário Federal. Bacharel em Direito. Especialista em Direito Processual Civil, com Formação para o Magistério Superior na área do Direito. Especialista em Licitações e Contratos Administrativos. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA e do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil. Professora e instrutora em Licitações e Contratos, com ênfase na fase de Execução Contratual.



Prof.º Jamil Manasfi

Especialista em Licitações e contratos Administrativos; Administrador Público; Pregoeiro e Presidente da Comissão de Licitação do CRA-RO; Bacharel em Administração Pública; Bacharel em Direito; Especialista em Metodologia de Ensino Superior e MBA em Gestão Pública e Licitação e Contratos; Professor do Centro Universitário São Lucas-RO e Faculdade Pólis Civitas-PR do MBA em Licitações e Contratos; Servidor da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO



INVESTIMENTO

R\$ 2.000,00

Na inscrição de 4 (quatro) pessoas de um mesmo órgão, o mesmo ganha uma cortesia.

INCLUI:

- ✓ **APOSTILA IMPRESSA DO CURSO**
- ✓ **CERTIFICADO**
- ✓ **COFFEE BREAKS**



INSTITUTO
Pharus
Consultoria e Treinamento

Curso: Presencial

As mudanças trazidas na NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Panorama da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LEI nº 14.133/2021) que cria um novo marco legal para substituir a Lei das Licitações (Lei 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações - RDC (Lei 12.462/11)

04,05 e 06 novembro

08:00h às 12:00h / 14:00h às 18:00h

Profº André Maia - 05 de NOVEMBRO

- Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Maranhão (Atual);
- Pregoeiro Oficial e Membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís (2013-18);
- Palestrante e Consultor na Área de Licitação e Contratos;
- MBA em Gestão Empresarial pela FGV mestrando em Contabilidade e Administração - FUCAPE.



(98) 3181-8677

institutopharus@gmail.com

Rua das sucupiras, nº 30, Jardim Renascença - São Luís - MA

